

**FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES
DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES
PÚBLICAS BRASILEIRAS**

**GRUPO DE TRABALHO (GT)
AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

AVALIAÇÃO NACIONAL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

**PRESSUPOSTOS, INDICADORES E
ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Dezembro/2000

**FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS
UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS**

Coordenação Nacional

Malvina Tânia Tuttman / 1999

Lucas Batista Pereira / 2000

Subcoordenação Nacional

Rossana Maria Souto Maior Serrano / 1999

Targino de Araújo Filho / 2000

Coordenação da Região Nordeste

Ana Angélica Matos Rocha / 1999

Paulo Cabral de Oliveira / 2000

Coordenação da Região Sul

Luiz Fernando Coelho de Souza / 1999

Oswaldo Calzavara / 2000

Coordenação da Região Sudeste

Targino de Araújo Filho / 1999

Édison José Corrêa / 2000

Coordenação da Região Centro-Oeste

Angela Zanon / 1999

Ana Luiza Lima Souza / 2000

Coordenação da Região Norte
Fernando Sérgio Valente Pinheiro,
Fabíola Holanda B. Lins Caldas / 1999
Christian Pinheiro da Costa / 2000

**GRUPO DE TRABALHO SOBRE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA
EXTENSÃO**

Rossana Maria Souto Maior Serrano (UFPB)
Maria José Justino (UFPR)
Maria das Dores Pimentel Nogueira (UFMG)
Sônia Regina Mendes (UERJ)

Revisão de texto: Altair Pivovar (UFPR)

Digitação: Amílcar Figueiroa (UFMG) e Mário Artigas (UFPR)

AGRADECIMENTOS:

Afrânio José Soriano Soares (UEMS) e
Ana Caritas Teixeira de Souza (UFGO), pela colaboração inicial no projeto

Revisão de texto: Altair Pivovar

1999 - 2000

SUMÁRIO

Apresentação

Capítulo I

Construindo a Avaliação da Extensão Universitária

1.1. Princípios e diretrizes do Fórum

1.2. Avaliação no contexto de atuação do Fórum

1.3. Objetivos

1.4. Concepção e desenho geral do projeto

1.5. Dimensões de investigação

Capítulo II

Aspectos metodológicos

2.1. Dimensões, categorias e indicadores

2.2. Observações metodológicas sobre a construção dos instrumentos, técnicas de coleta e análise de dados

Capítulo III

Quadro dos componentes da Avaliação da Extensão Universitária: dimensões, categorias e indicadores

Bibliografia

APRESENTAÇÃO

Considerando os desafios por que passam as universidades brasileiras neste final de século – na busca da qualidade científica, tecnológica e artístico-cultural e na interação com a sociedade, por meio de ações de promoção e garantia dos valores democráticos de igualdade e desenvolvimento social – e levando em conta o perfil acadêmico e o papel social com que a extensão universitária vem sendo desenvolvida nos últimos anos, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão entende que o momento político exige um processo institucional que valorize e reconheça a extensão como parte do fazer acadêmico.

Assim sendo, o Fórum Nacional acredita que a inclusão da extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade constitui um desafio urgente, dada a importância de se consolidar uma prática extensionista – de acordo com o modelo defendido pelo Fórum desde 1987 e consolidado no Plano Nacional de Extensão (Fórum MEC/SESU) – que venha a referenciar as universidades como instituições e sintonizadas com a realidade social.

O Plano Nacional de Extensão 1999/2001, expressa, entre outros, os seguintes objetivos:

- tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária, tomando-a como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade;
- criar condições para a participação da universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para o reconhecimento dessa instituição como organismo legítimo de acompanhamento e avaliação da implantação de tais políticas.

Esse plano apresenta como uma de suas metas a "*elaboração de uma proposta de Programa Nacional de Avaliação da Extensão Universitária das universidades brasileiras a ser apoiado e financiado pela Secretaria de Ensino Superior do MEC, no prazo de um ano, e sua implementação em até dois anos*". Nesse amplo contexto, as IES públicas reafirmam seu compromisso de busca inequívoca da qualidade em todos os campos do saber relacionados às questões nacionais.

Para efetivar essa meta estabelecida no Plano, o Fórum instituiu, durante o 15º Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão, realizado em Campo Grande (UFMS), o Grupo Técnico de Avaliação da Extensão Universitária. Foram estabelecidos como objetivos desse grupo técnico:

- ✓ Estabelecer princípios para avaliação da extensão universitária.
- ✓ Construir os critérios para o acompanhamento e a análise dos resultados da avaliação da extensão universitária.
- ✓ Elaborar uma metodologia de avaliação da extensão universitária.
- ✓ Criar um sistema de indicadores para avaliação da extensão universitária.

Após um ano de trabalho, o GT submeteu à apreciação do Fórum, em sua 16º reunião, realizada em João Pessoa (UFPB), em junho de 2000, seus documentos preliminares (Documento I – *Pressupostos e Indicadores* e Documento II – *Aspectos Metodológicos*), em que se discutiu a institucionalização, em nível nacional, da avaliação da extensão. Ambos foram aprovados com o indicativo de que fossem incorporados em um único documento que servisse como orientação básica para as universidades brasileiras.

O documento aqui apresentado é o resultado dessa consolidação. Em sua função de produção de conhecimento e qualificação de recursos humanos, por meio de suas ações de ensino, pesquisa e extensão, a universidade interfere na sociedade, na perspectiva de sua transformação. É esta concepção de

universidade que norteia este documento: a que a vê como instituição comprometida com a transformação social.

CAPÍTULO I

CONSTRUINDO A AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

1.1. Princípios e diretrizes

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, ao elaborar a proposta de Avaliação Nacional da Extensão Universitária, reafirma princípios e diretrizes políticas formulados ao longo de seus treze anos de atuação. Esses princípios têm orientado a atuação dos pró-reitores nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e direcionado a elaboração das políticas de extensão universitária. O Fórum considera o trabalho acadêmico como um processo orgânico e contínuo que se estende desde a produção até a sistematização do conhecimento e a transmissão dos resultados. Nessa perspectiva, a extensão é concebida como “um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade” (Fórum, I Encontro Nacional).

A indissociabilidade entre as atividades de extensão, ensino e pesquisa é fundamental no fazer acadêmico. A relação entre o ensino e a extensão supõe transformações no *processo pedagógico*, pois professores e alunos constituem-se como sujeitos do ato de ensinar e aprender, levando à socialização do saber acadêmico. A relação entre extensão e pesquisa ocorre no momento em que a produção do conhecimento é capaz de contribuir para a melhoria das condições de vida da população. A extensão, como ação que viabiliza a interação entre a universidade e a sociedade, constitui elemento capaz de operacionalizar a

relação teoria/prática, promovendo a troca entre os saberes acadêmico e popular. Nesse sentido, é de fundamental importância a avaliação da sociedade sobre o papel da universidade, bem como a análise do impacto da ação extensionista na transformação da própria universidade, que pode ser percebido pelo estabelecimento de novas linhas de pesquisa, criação de estágios e novos cursos.

A extensão deve ser realizada considerando o compromisso social da universidade enquanto instituição pública empenhada no equacionamento das questões que afligem a maioria da população, devendo ser realizada preferencialmente em articulação com as administrações públicas.

A ação extensionista, interdisciplinar por natureza, ao abordar a realidade em sua plenitude, promove a produção do conhecimento de forma integrada. Desse modo, a extensão não pode ser vista fora do processo acadêmico, divorciada da pesquisa e do ensino.

Nesse sentido, a valorização e institucionalização da ação extensionista passa a ser indispensável para a sua execução, em conformidade com os princípios e diretrizes do Plano Nacional de Extensão proposto pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão.

1.2. Avaliação no contexto de atuação do Fórum

A preocupação com a construção dos princípios que poderiam nortear a implantação de uma avaliação da extensão universitária não é recente. Em 1991, o V Encontro Nacional, realizado em São Luís (UFMA), registrava a necessidade de se trabalhar o tema *avaliação* e de se construir indicadores de avaliação da extensão. Em 1992, apontando na mesma direção, a Coordenação Nacional do Fórum publica o documento intitulado "*A Extensão Universitária no Brasil: contribuição ao diagnóstico*". O referido documento reitera a necessidade de se estabelecer parâmetros e elaborar indicadores relevantes para

subsidiar o processo de avaliação e aperfeiçoar a prática extensionista. O documento conclui que a definição dos indicadores diagnósticos da extensão não pode ser mais protelada, correndo-se o risco de que as ações extensionistas, por falta de medição, continuem marginalizadas nos processos de avaliação acadêmica.

Em junho de 1993, o VII Encontro Nacional realizado em Cuiabá (UFMT), teve como tema a "*Avaliação da Extensão no contexto da Autonomia Universitária*", quando foram estabelecidos os seguintes princípios para orientar o processo de avaliação:

- a extensão universitária é processo educativo, cultural e científico;
- a extensão universitária deve caminhar articulada com o ensino e a pesquisa;
- a extensão articula as relações entre a comunidade acadêmica e a sociedade no sentido da transformação social;
- a extensão universitária como prática acadêmica deve dirigir seus interesses para as grandes questões sociais do país e àquelas demandadas pelas comunidades regionais e locais.

A avaliação da extensão universitária deve considerar sua institucionalização na esfera de atuação ministerial e das instituições de ensino superior. Num primeiro plano, deve-se identificar a existência ou não de um órgão governamental que trate de políticas de extensão, bem como as diretrizes políticas desse órgão para a sua atuação. Em relação às IES, a avaliação deve considerar a formalização da extensão na estrutura organizacional dessas instituições.

Considerando as peculiaridades de cada instituição, a avaliação da extensão deve abordar três níveis inter-relacionados:

- o compromisso institucional para a estruturação e efetivação das atividades de extensão;

- o impacto das atividades de extensão junto aos segmentos sociais que são alvos ou parceiros dessas atividades;
- os processos, métodos e instrumentos de avaliação das atividades de extensão.

O Fórum relacionou como indicadores do compromisso institucional: o grau de formalização da extensão na estrutura universitária; a definição clara das políticas institucionais, com explicitação de metas e prioridades; a conceituação e tipologia das atividades de extensão; a existência de sistemas de informação sobre as atividades desenvolvidas; o grau de participação da extensão no orçamento da universidade; o grau de valorização nas carreiras docente e técnico-administrativo; a existência de programas institucionais de fomento às atividades de extensão; o envolvimento dos docentes nas atividades; a interação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e a inserção das atividades de extensão nos programas departamentais.

Os impactos sociais das atividades teriam os seguintes indicadores: relevância social, econômica e política dos problemas abordados nas instituições; segmentos sociais envolvidos; interação com órgãos públicos e privados e segmentos organizados; objetivos e resultados alcançados; apropriação, utilização e reprodução, pelos parceiros, do conhecimento envolvido na atividade de extensão; e o efeito da interação resultante da ação da extensão nas atividades acadêmicas.

Já o terceiro nível deve ser entendido como a formalização de instrumentos específicos – propostas e projetos – que envolvam as instâncias acadêmicas na análise e avaliação dos métodos, processos e instrumentos de avaliação, tanto pelo parecer dos eventuais parceiros quanto pela atuação de consultores internos e externos.

Em 1997, o XI Fórum Nacional realizado em Curitiba (UFPR) discutiu o tema “*Avaliação da Extensão Universitária e o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras/PAIUB*”. Esse Programa propôs o

fomento de uma cultura avaliativa da universidade, de modo a envolver toda a comunidade acadêmica na discussão sobre a qualidade dos cursos oferecidos e, principalmente, sobre o cumprimento da função social das universidades. Ao solicitar projetos próprios de avaliação institucional às universidades, o PAIUB evoca a avaliação quantitativa e a avaliação das diversas dimensões da vida acadêmica – ensino, pesquisa, extensão e administração.

O debate propiciou a elaboração de um documento com propostas de indicadores por região. Esse trabalho recuperou as conclusões do VII Fórum, realizado em Cuiabá (UFMT), e acrescentou indicadores quantitativos à avaliação da extensão universitária.

O XII Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado em dezembro de 1997, no MEC, em Brasília, selecionou, entre outros aspectos, os indicadores quantitativos das ações extensionistas. Esses indicadores foram assim definidos: número de projetos desenvolvidos, público estimado, número de eventos realizados, público beneficiado, tipos de cursos de extensão realizados, número de certificados expedidos, número de produtos elaborados – CD's, vídeos, filmes, cassetes –, prestação de serviço realizada e número de municípios atendidos em ações extensionistas.

Em todos esses momentos e ações permanece a intenção de elaborar e consolidar procedimentos e instrumentos de avaliação da extensão universitária em âmbito nacional. Por fim, no XV Fórum, realizado em Campo Grande (UFMS), foi criado o Grupo Técnico de Avaliação com o objetivo de construir uma proposta de avaliação da extensão universitária.

Esse GT apresentou uma primeira versão do documento em dezembro de 1999, em Brasília, e uma versão mais elaborada, ainda não definitiva, no XVI Fórum realizado em João Pessoa (UFPB), em junho de 2000. Nessa mesma ocasião, o Fórum realizou o Primeiro Encontro Nacional de Avaliação da Extensão Universitária.

1.3. Objetivos

Avaliar a universidade é um processo complexo, essencial como instrumento de auto-conhecimento e de indicação de caminhos que orientem a instituição no cumprimento de sua missão social. Por esse entendimento, a avaliação institucional, incorporada à vida universitária, fazendo parte da rotina acadêmica, deve ser um processo contínuo, que busque nortear as políticas institucionais, identificar distorções para corrigi-las e democratizar informações.

O Fórum entende que o processo de avaliação, no contexto da autonomia universitária, exige que o modelo a ser implementado em qualquer universidade seja concebido de acordo com sua realidade e metodologias próprias. É fundamental, ainda, que os programas de avaliação institucional das universidades evitem comparações competitivas que aumentem distorções. Por isso mesmo recomenda-se a construção de modelos ancorados na ética.

A avaliação que aqui se propõe não deve ser entendida com propósitos unicamente de controle e fiscalização, mas como forma de buscar subsídios que permitam confirmar decisões e ações bem sucedidas, introduzir alternativas que se revelem necessárias e substituir ações inadequadas. A avaliação não é o controle, não é somente uma verificação de resultados, não é apenas constatar o que acontece, mas julgar por que acontece, com vistas a melhorar o processo acadêmico.

A avaliação da extensão deve estar inserida na avaliação institucional das IES, integrada com as demais áreas do fazer acadêmico. Deve ser gestada pela instituição e fomentada pelas pró-reitorias ou órgãos similares, envolvendo os departamentos e unidades acadêmicas, em estreita correlação com a missão e o projeto pedagógico da instituição.

Entre outros pressupostos, a avaliação da extensão deve:

- demonstrar a qualidade do que se produz na extensão;

- abranger todas as ações da extensão: programas, projetos, eventos, cursos, produções acadêmicas e prestações de serviço;
- propiciar a credibilidade do que a extensão produz, no contexto interno e externo;
- ser contínua, processando-se no decorrer das atividades;
- ser qualitativa e quantitativa, realizada pela comunidade universitária e pela sociedade;
- ter seus resultados considerados no planejamento e na tomada de decisão das IES nas áreas de ensino, extensão e pesquisa.

Considerando que a avaliação é um processo de valoração, de emissão de juízos, entende-se que o levantamento de dados e a construção de indicadores não esgotam o processo avaliativo, sendo apenas meios científicos e instrumentos de apoio ao processo.

Esta proposta de avaliação tem como finalidade auxiliar as universidades a construir seus processos e metodologias de avaliação para a extensão universitária, identificando entre os indicadores aqui apresentados aqueles que poderão gerar uma proposta de investigação e análise da extensão universitária para uma primeira etapa de avaliação.

A proposta possibilita comparar as diferentes realidades encontradas na extensão, entre as IES, com um padrão que se considera, a princípio, almejado, definido ao longo da trajetória dos Encontros Nacionais do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Ela contribui na organização de procedimentos que possam, de modo sistemático, apreender a realidade da extensão universitária no país, analisá-la visando sua melhoria e fornecer subsídios para um planejamento mais satisfatório das atividades extensionistas.

O objetivo central desta proposta é contribuir para o processo de construção de uma metodologia de avaliação da extensão que seja capaz de orientar a análise, a comparação, a seleção de fontes e técnicas de avaliação e a elaboração de procedimentos de medição.

1.4. Concepção e desenho geral do projeto

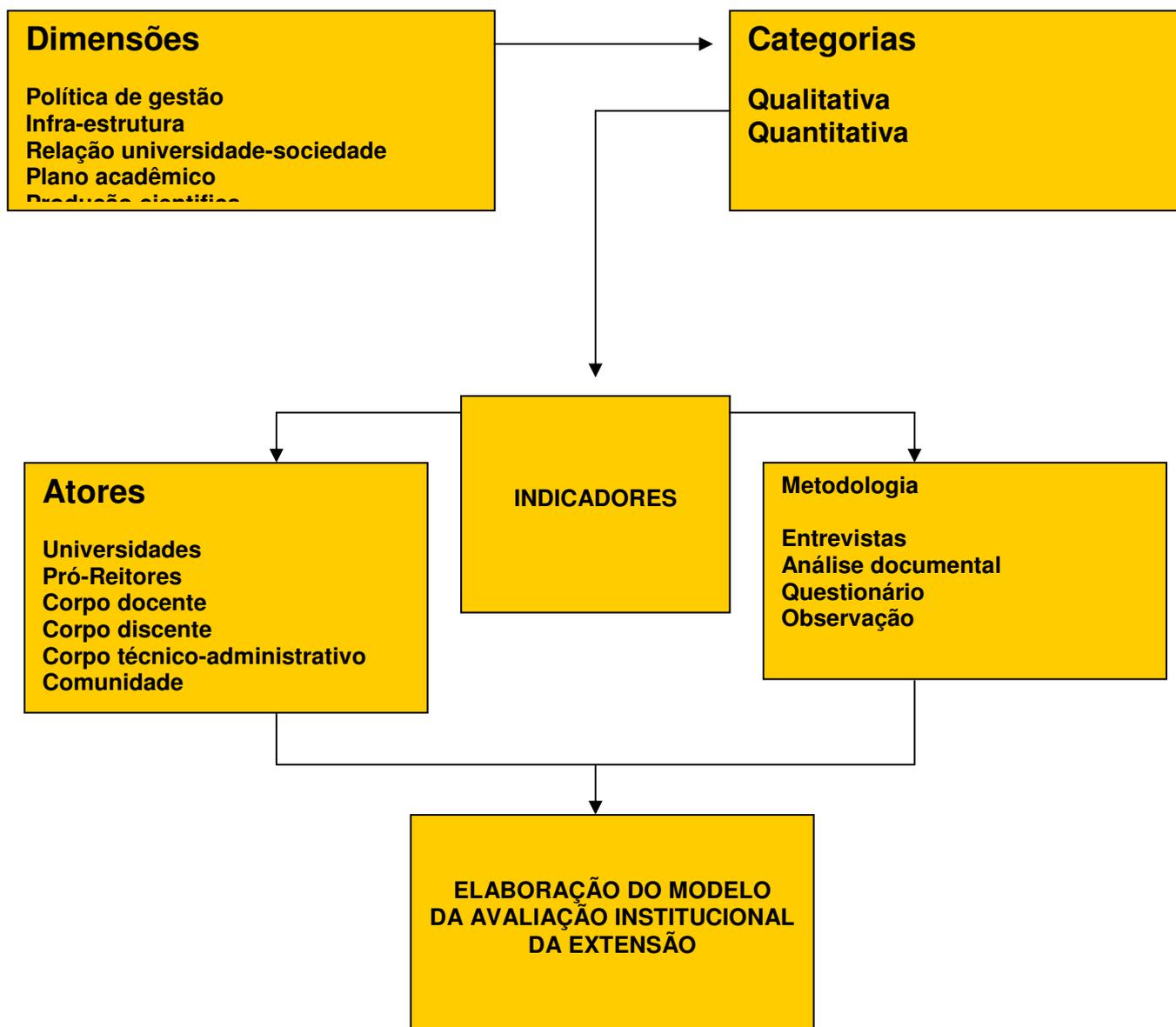
A elaboração deste documento foi precedida por uma série de tarefas: a definição das finalidades e objetivos da avaliação, a definição das dimensões passíveis de serem avaliadas, o exame dos indicadores e das formas possíveis para a coleta de informações, principais fontes e procedimentos.

No caso dos atores, não foram privilegiados somente os profissionais da gestão da extensão, mas todos os envolvidos nas atividades extensionistas: docentes, funcionários, alunos e os grupos que se constituem como participantes da extensão.

Todo o projeto foi concebido para que a instituição de ensino superior possa construir sua própria avaliação, organizando as informações relevantes, identificando tendências gerais, conhecendo com profundidade seus processos e analisando o seu plano de extensão. Espera-se contribuir para uma avaliação capaz de subsidiar o processo decisório e de orientar ajustes necessários de acordo com os objetivos e metas traçados pela instituição.

Graficamente, este é o desenho geral do projeto proposto:

O SISTEMA DE AVALIAÇÃO E SEUS COMPONENTES



juju

Com o objetivo de facilitar a compreensão de aspectos importantes da proposta, os conceitos utilizados revestem-se dos seguintes significados:

Dimensão: plano, nível, grau ou direção no qual se possa efetuar uma investigação ou realizar uma ação (Abbagnano). A *dimensão* circunscreve uma determinada abrangência e amplitude que possibilita a sua aferição e avaliação.

Categoria: tomada, no sentido dado por Ryle, como proposição semântica: “*Asserções que enunciam que certos termos pertencem a certas categorias ou tipos*” (p. 29). Esses tipos são determinados como “*relações lógicas de uma proposição, isto é, aquilo que ela implica, aquilo pelo qual ela é implicada, aquilo com o qual ela é compatível e aquilo com o qual ela é incompatível*” (p. 39).

Indicadores: os indicadores permitem medir o alcance das metas de um projeto e em que medida seus objetivos estão sendo alcançados. O seu principal referencial é o comportamento da realidade como consequência de um projeto, ou seja, de que modo e em que medida foram produzidas transformações no grupo afetado pelo projeto. Com base nessas observações é possível determinar quais são os indicadores válidos para a avaliação (Cohen e Franco, 1999).

A partir desses conceitos, sugere-se que cada instituição elabore uma proposta de avaliação institucional da extensão, tendo também a possibilidade de construir seus marcos de referência. Entende-se que os marcos de referência são parâmetros de qualidade, servindo de base para a comparação entre a realidade de um objeto e seu estado desejável. A fixação de marcos de referência orienta o processo avaliativo. Sem eles, a avaliação corre o risco de produzir juízos espontâneos e inconsistentes (Dias Sobrinho, 1998).

Diante dos indicadores estabelecidos, os marcos de referência conduzem aos padrões de aceitabilidade relativos ao que se avalia, os quais vão orientar o

processo diante das múltiplas manifestações dos objetos a serem avaliados. Ao determinarem marcos de referência, indicam-se os valores à luz dos quais se pretende a comparabilidade entre os diferentes alvos da avaliação.

1.5. Dimensões de investigação

Para avaliar o contexto, os objetivos, as atividades e os efeitos da extensão na universidade, foi considerado importante investigar aspectos norteadores do plano pedagógico institucional, principalmente os relacionados à política, à infra-estrutura e à relação entre universidade e sociedade. Tais dimensões foram selecionadas principalmente por conterem elementos significativos sobre a institucionalização da extensão e por reunirem fatores passíveis de serem avaliados. Dessa forma, propõe-se que a avaliação da extensão ocorra nas seguintes dimensões:

- Política de gestão
- Infra-estrutura
- Relação universidade–sociedade
- Plano acadêmico
- Produção acadêmica

A *política de gestão* contida nas finalidades, objetivos, fomento e atribuições da extensão, bem como seus instrumentos de ação denunciam se a missão da universidade incorpora a função extensionista.

A dimensão *infra-estrutura* informa sobre as condições físicas e gerenciais, reais, de realização da extensão e sobre as possibilidades de se consolidarem as metas almejadas.

A *relação universidade–sociedade* revela de que modo as atividades de extensão estão presentes na sociedade, quais seus pressupostos e finalidades e

como a universidade interage com a sociedade no sentido de transformações recíprocas.

O *plano acadêmico* analisa as possibilidades de incorporação da extensão na vida acadêmica, valorizando as experiências desenvolvidas pelo conjunto de participantes na ação extensionista (professores, funcionários e alunos).

A *produção acadêmica* trata da captação dos produtos resultantes da ação da extensão, que elabora e dissemina conhecimentos e que, no âmbito universitário, tem o seu valor reconhecido.

Por meio da análise dessas dimensões, levando-se em conta as peculiaridades de cada instituição, é possível elaborar uma avaliação que traga para a universidade o debate sobre a sua missão institucional, o seu papel na reconstrução do espaço social, suas necessidades e prioridades. A identificação das dimensões da extensão na instituição contribui para ampliar a percepção e análise das atuais práticas de extensão, pesquisa e ensino desenvolvidas na universidade.

CAPÍTULO II

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para que possa ser analisada, discutida e modificada pela comunidade acadêmica e dessa forma incorporar-se à cultura da instituição, o processo de avaliação da extensão deve iniciar-se, necessariamente, integrado ao processo de avaliação institucional da universidade e deve ter como fundamentos a missão e o perfil da instituição. Esse procedimento orienta a realização de um processo de avaliação que seja de fato institucional, democrático e gerador de mudanças.

Segundo Mendes (1998), a avaliação tem importante papel na identificação dos fatores que interferem – favorável e negativamente – na qualidade da atividade realizada, oferecendo subsídios claros no processo de tomada de decisão, isto é, para a formulação de ações pedagógicas e

administrativas necessárias. Para Belloni (1997), a principal dificuldade das universidades em relação à avaliação é a criação de uma cultura institucional que reconheça a avaliação como parte da rotina acadêmica, constituindo-se em uma ação do cotidiano regular da instituição. A autora recomenda que a avaliação seja tecnicamente competente e politicamente legítima, que o processo seja amplamente reconhecido e independa de alternância na gestão institucional.

Como o processo de avaliação na sua fase de implantação e desenvolvimento deve compreender estratégias que facilitem avaliações internas e externas, embasadas em critérios técnicos tanto de natureza quantitativa quanto qualitativa, os procedimentos devem possibilitar a adequada coleta de dados em espaço e tempo hábeis para permitir valoração que gere mudanças. Assim sendo, sugere-se:

- identificar o que se quer avaliar
- definir metas – o grau e a quantidade a ser conseguida
- delimitar a população-alvo
- estabelecer a área geográfica de abrangência do programa
- identificar as informações de que se necessita para avaliar
- selecionar as fontes de informações disponíveis
- construir os instrumentos de coleta de dados
- estabelecer procedimentos para análise dos dados coletados
- redirecionar a política de extensão

Essa proposta de metodologia de avaliação, embora considere igualmente importantes as avaliações interna e externa, vai privilegiar a perspectiva interna. Essa opção deu-se pelo reconhecimento da necessidade de orientar a reflexão e o fomento de processos avaliativos da extensão no interior das universidades. No entanto, recomenda-se que a avaliação externa e participativa, realizada pela população-alvo, seja tema assumido pelo Fórum como objeto de estudo num horizonte próximo.

2.1. Dimensões, categorias e indicadores

Esta proposta de avaliação não pretende apenas, como já foi afirmado, servir a propósitos de controle e fiscalização.

A partir das diretrizes para a extensão nas universidades públicas, propostas no Plano Nacional de Extensão, foi possível identificar categorias de análise que permitem apreciar as várias vertentes da ação extensionista. Com base nessas categorias foram selecionados os indicadores, ou seja, unidades que permitirão “medir” o alcance de uma meta definida para a extensão e, por conseguinte, auxiliar na elaboração da tela crítica de análise.

A metodologia da avaliação da extensão parte da seleção dos indicadores abaixo fixados para a elaboração das práticas de investigação e coleta de informações. O passo seguinte deverá ser a construção da codificação dos dados em um sistema de medida. Esse sistema será construído com a participação mais expressiva do conjunto das universidades.

Assim sendo, é muito importante que as diferentes instituições se envolvam na realização desse trabalho, sempre no sentido de propor alterações que possam atender a elaboração de uma metodologia de avaliação da extensão capaz de captar a qualidade das ações desenvolvidas.

A avaliação nacional da extensão universitária deve ser centrada no processo, em razão da própria natureza da extensão. Os aspectos aqui definidos contribuirão para uma análise diagnóstica de ordem institucional, retratando os pontos fortes e os aspectos a serem fortalecidos.

O quadro apresentado deve ser tomado como uma proposta inicial que objetiva fomentar a discussão e o aprofundamento por parte das instituições, para então ser validado.

2.2. Observação metodológica sobre a construção de instrumentos, técnicas de coleta e análise de dados

Com base na grande crítica feita aos modelos de avaliação institucional no Brasil, que sempre foram paradigmas impostos e implementados por agentes externos ou de governo e não pelas próprias instituições de ensino, consideramos que o modelo aqui proposto poderá possibilitar um consórcio entre as IES. Esse consórcio poderá implementar um programa idealizado, discutido e referenciado pelas universidades, propiciando uma avaliação enriquecedora da instituição. Por esse entendimento, consideramos que o conjunto das IES vinculadas ao Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas deve constituir grupo permanente de avaliação da extensão, independente das alterações na direção administrativa. Esse grupo terá como atribuições acompanhar o processo avaliativo, desenvolver os procedimentos gerais da execução e as formas de implementação do modelo, divulgar os resultados e incorporá-los a um panorama nacional por meio da troca de experiências. Esse procedimento caminhará considerando as diferenças entre as universidades, a trajetória institucional (história da instituição, número de alunos, técnicos e professores, seu perfil organizacional etc.) e, principalmente, sua missão relacionada à extensão, evitando competições negativas.

Na perspectiva de construção de um processo de avaliação da extensão em nível nacional, é necessário que o Fórum assuma o gerenciamento, cujo papel será o de definir as grandes diretrizes e parâmetros, cabendo a um GT permanente o detalhamento para sua implementação. O GT desenvolverá pesquisa e metodologia, elaborará instrumentos de investigação, implementará e acompanhará sua aplicação e poderá estar disponível para atender consultorias das universidades, podendo contar com consultores externos, de natureza acadêmica ou não.

Os recursos que viabilizarão tais ações serão decorrentes do próprio MEC, das IES e, de forma complementar, de projetos específicos enviados a instituições de fomento. A implementação de tal programa passa por um

processo de etapas hierarquizadas em níveis de complexidade, com a viabilização de projetos-piloto para cada fase. Obedecendo a uma estruturação lógica, essas etapas interagem entre si, na medida em que cada uma, para efeito de avaliação, é decorrente da que a antecede.

Eis algumas sugestões de etapas/fases de hierarquização:

- Avaliação diagnóstica
- Avaliação de desempenho político institucional
- Avaliação de programas/projetos
- Avaliação de impacto

Em síntese, caberá ao Fórum definir as diretrizes gerais, aprovar os parâmetros de qualidade e definir os mecanismos de acreditação¹ e prováveis usos das informações. Caberá ao GT permanente implementar o programa nacional, estabelecendo estratégias de trabalho, instrumentos de investigação, formas de coleta e mecanismos de avaliação externa e mista.

¹ Acreditação – origina-se da palavra inglesa *accreditation*, que pode ser definida como processo periódico voluntário conduzido para verificar se os objetivos institucionais ou acadêmicos estão sendo alcançados em bases sustentáveis.

	2) Concepção de extensão	1) Presença da extensão na explicitação da missão institucional como uma de suas funções básicas	Análise documental Entrevistas	Projeto pedagógico institucional Documentos normativos da extensão (resoluções, portarias, documentos conceituais etc.) e outras formas de registro Gestores da instituição
--	--------------------------	--	---------------------------------------	---

I: POLÍTICA DE GESTÃO	CATEGORIAS	INDICADORES	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICAS	FONTES DE INFORMAÇÕES

3) Órgãos colegiados de extensão	3) Identificação de órgãos definidores de políticas de extensão. Processo de aprovação, acompanhamento e avaliação, distribuição de recursos e bolsas	Análise da estrutura normativa da instituição Entrevistas	Bases normativas da extensão e unidades acadêmicas Gestores Documentos
4) Resoluções e normas	4) Existência de resoluções e normas que definam e regulamentem programas, projetos, cursos, prestação de serviços, eventos, produção, publicação e políticas de fomento	Análise documental	Documentos normativos
5) Integração entre as ações da extensão e as da graduação, da pesquisa e da pós-graduação	5) Existência de projetos que integrem ações de extensão, ensino e pesquisa Existência de mecanismos (acadêmicos e administrativos) facilitadores da integração de ações acadêmicas	Análise documental Entrevistas	Programas, projetos, relatórios, vídeos etc. Gestores, estudantes e comunidade envolvida

DIMENSÃO I: POLÍTICA DE GESTÃO	CATEGORIAS	INDICADORES	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICAS	FONTES DE INFORMAÇÕES
	6) Informatização dos dados e dos processos de operacionalização da extensão	6) Existência de banco de dados referente às ações da extensão	Verificação da existência de banco de dados de extensão em funcionamento Análise documental Observação (através de instrumentos próprios)	Tipos de registro da ação extensionista Banco de dados e documentos cadastrais
	7) Sistema de acompanhamento e avaliação	7) Existência de sistema de acompanhamento e avaliação	Análise documental	Pró-reitorias, unidades acadêmicas, departamentos e núcleos Plano de acompanhamento e avaliação (documentos conceituais e instrumentos de avaliação)
	Quantitativa			

1) Recursos destinados às atividades de extensão	1) Percentual no orçamento para a extensão em relação ao percentual destinado às outras atividades acadêmicas	Análise diagnóstica e de relatório financeiro	Orçamento e prestação de contas
--	---	---	---------------------------------

DIMENSÃO I: POLÍTICA DE GESTÃO	CATEGORIAS	INDICADORES	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICAS	FONTES DE INFORMAÇÕES
	2) Convênios firmados pela universidade com outras instituições que contemplam atividades de extensão	2) Número de convênios para extensão em relação ao total de convênios firmados	Análise dos convênios em execução	Setor de convênios da universidade
	3) Núcleos que desenvolvem atividades de extensão	3) Número de núcleos existentes que desenvolvem atividades de extensão em relação ao total de núcleos	Análise dos projetos e relatórios dos núcleos	Projetos e relatórios dos núcleos
	4) Departamentos que desenvolvem atividades de extensão	4) Número de departamentos que desenvolvem atividades de extensão em relação ao total de departamentos da instituição	Análise dos planos e relatórios dos departamentos	Planos e relatórios departamentais

DIMENSÃO II: INFRA-ESTRUTURA

DIMENSÃO II: INFRA-ESTRUTURA	CATEGORIAS	INDICADORES	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICAS	FONTES DE INFORMAÇÕES
	Qualitativa			
	1) Estrutura administrativa	1) Existência de estrutura administrativa adequada às demandas da extensão: instalação, espaço físico, recursos humanos, transporte, equipamentos	Análise qualitativa das estruturas administrativas Observação direta (orientada) Aplicação de questionário	Base estrutural e normativa da extensão, boletins de serviço e outros Gestores e equipes
	Quantitativa			
	1) Laboratórios que desenvolvem atividades de extensão	1) Número de laboratórios que desenvolvem atividades de extensão em relação ao total de laboratórios	Quantificação dos laboratórios que desenvolvem atividades de extensão	Pró-Reitorias de extensão (ou equivalentes) e unidades acadêmicas

<p>2) Equipamentos de informática disponíveis para a extensão</p>	<p>2) Número de equipamentos de informática utilizados nas ações de extensão em relação ao número total de equipamentos de informática das demais atividades acadêmicas</p>	<p>Levantamento do número de equipamentos de informática disponíveis para projetos de extensão</p> <p>Análise comparativa da quantidade disponível para extensão, ensino e pesquisa</p>	<p>Executores de projetos, pró-reitorias de extensão (ou equivalentes)</p>
---	---	---	--

<p>MENSÃO II: INFRA-ESTRUTURA</p>	<p>CATEGORIAS</p>	<p>INDICADORES</p>	<p>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICAS</p>	<p>FONTES DE INFORMAÇÕES</p>
--	--------------------------	---------------------------	--	-------------------------------------

3) Meios de transporte vinculados à extensão	3) Número de veículos disponíveis para extensão em relação ao número de veículos para as demais atividades acadêmicas	Levantamento do número de veículos disponíveis para projetos de extensão Análise comparativa da quantidade disponível para extensão, ensino e pesquisa	Executores de projetos Pró-Reitorias de extensão (ou equivalentes)
4) Bolsas de extensão em relação às outras bolsas existentes na universidade	4.1) Número de bolsas de extensão com relação às bolsas das outras atividades acadêmicas da instituição 4.2) Valor da bolsa 4.3) Duração da bolsa 4.4) Carga horária semanal	Quantificação do número de bolsas de extensão, graduação, pesquisa e manutenção/trabalho Análise comparativa da quantidade disponível para extensão, ensino e pesquisa	Documentos da instituição

DIMENSÃO III: RELAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

DIMENSÃO III: RELAÇÃO ENTRE UNIVERSITÁRIA E SOCIEDADE	CATEGORIAS	INDICADORES	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICAS	FONTES DE INFORMAÇÕES
	Qualitativa			
	1) Parcerias institucionais relativas à extensão	1) Tipos e formas de parcerias existentes (interinstitucionais com órgãos públicos e privados e com movimentos sociais organizados)	Análise dos convênios e do banco de dados de extensão Entrevistas	Banco de dados da pró-reitoria de extensão (ou equivalente) e do setor de convênios da instituição Convênios, contratos e outros instrumentos que regulamentam as parcerias da universidade com órgãos públicos ou privados Documentos oficiais externos

<p>2) Clientela diretamente atendida pelas ações de extensão</p>	<p>2) Tipos de clientela diretamente atendida pela extensão universitária</p>	<p>Análise de projetos de extensão e respectivos relatórios</p> <p>Entrevistas</p> <p>Observação</p>	<p>Programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços etc.</p> <p>Relatórios de projetos de extensão e documentos</p>
--	---	--	--

DIMENSÃO III: RELAÇÃO ENTRE UNIVERSITÁRIA E SOCIEDADE	CATEGORIAS	INDICADORES	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICAS	FONTES DE INFORMAÇÃO
	3) Participação da comunidade na gestão da ação extensionista	3) Formas de participação da comunidade externa na gestão da extensão nas fases de concepção, desenvolvimento e avaliação	Entrevistas Análise do planejamento do projeto Observação do desenvolvimento da ação extensionista: programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços Análise dos relatórios	Programas, projetos, cursos, eventos prestação de serviço etc. Relatórios Executores de projetos Comunidade envolvida
	4) Apropriação por parte da comunidade dos conhecimentos, tecnologias e metodologias desenvolvidas na ação extensionista	4) Verificação da apropriação do conhecimento por parte da comunidade, decorrente da ação da extensão	Observação Entrevistas Questionário	Documentos oriundos da comunidade beneficiada Comunidade envolvida

	5) Ação extensionista no redimensionamento da universidade	5) Estabelecimento de novas linhas de pesquisa, reorganização curricular, novos cursos, novas instâncias de formação decorrentes dos projetos de extensão	Análise das inovações acadêmicas introduzidas na instituição em decorrência da extensão Entrevistas	Gestores, coordenadores de projetos e equipes Documentos
	Quantitativa			
	1) Parcerias	1) Número de parcerias consolidadas internamente (departamentais) e externamente com instituições públicas e privadas e organismos da sociedade civil	Análise do banco de dados da extensão e convênios	Pró-Reitorias de extensão (ou equivalentes) e setores de convênios das instituições
	2) Clientela diretamente atendida pelas ações de extensão	2) Número de pessoas diretamente atendidas pelas ações de extensão por tipo de atuação Número de pessoas diretamente atendidas pela extensão universitária por área temática	Análise de relatórios dos projetos de extensão	Relatórios de projetos

DIMENSÃO IV: PLANO ACADÊMICO

DIMENSÃO IV: PLANO ACADÊMICO	CATEGORIAS	INDICADORES	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICAS	FONTES DE INFORMAÇÕES
	1) Interface <i>ensino, pesquisa e extensão</i>	<p>1) Existência de programas e projetos de extensão articulados ao ensino e à pesquisa</p> <p>Flexibilização das estruturas acadêmicas de graduação e pós-graduação que incorpore as atividades de extensão como componente curricular</p> <p>Transferência de conhecimento e tecnologia aplicada</p>	<p>Análise qualitativa dos documentos</p> <p>Entrevistas</p> <p>Observação dirigida</p>	<p>Programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, produtos de extensão</p> <p>Estrutura curricular dos cursos de graduação e pós-graduação</p> <p>Documentos dos núcleos de pesquisa e setores específicos de transferência de conhecimento e tecnologia</p> <p>Convênios e relatórios de ações de extensão</p> <p>Plano institucional</p> <p>Gestores e equipes</p>

DIMENSÃO IV: PLANO ACADEMICO

CATEGORIAS	INDICADORES	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICAS	FONTES DE INFORMAÇÕES
2) Formas de aprovação, acompanhamento e avaliação dos projetos e ações de extensão	2) Existência de critérios de aprovação dos projetos e ações de extensão Mecanismos de acompanhamento das ações de extensão Procedimentos institucionais de avaliação	Análise do sistema normativo Análise dos procedimentos operacionais internos da pró-reitoria de aprovação de projetos Entrevistas	Documentos Gestores e equipes

<p>3) Critérios para distribuição dos recursos aos programas de acordo com a política de extensão</p>	<p>3) Existência de critérios para concessão de recursos</p>	<p>Análise dos critérios internos da instituição</p>	<p>Sistema normativo da instituição</p>
<p>4) Formas de realização da extensão que indiquem o perfil das unidades acadêmicas e da instituição</p>	<p>4) Formas por meio das quais a instituição realiza a extensão (programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e produtos acadêmicos)</p>	<p>Análise de projetos de extensão e respectivos relatórios</p> <p>Entrevistas</p> <p>Questionários</p>	<p>Pró-Reitoria de extensão (ou equivalente), unidades acadêmicas e departamentos</p> <p>Executores de projetos e equipes</p> <p>Programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e produtos acadêmicos</p>

DIMENSÃO IV: PLANO ACADEMICO

CATEGORIAS	INDICADORES	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICAS	FONTES DE INFORMAÇÕES
-------------------	--------------------	---	----------------------------------

<p>5) Extensão enquanto formação acadêmica</p>	<p>5) Identificação das formas de participação dos alunos nos projetos de extensão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • bolsista • aluno colaborador <ul style="list-style-type: none"> • aluno com validação de crédito curricular 	<p>Análise documental</p> <p>Entrevista com alunos e coordenadores de projetos</p>	<p>Plano de trabalho da atividade acadêmica do aluno que participa da extensão</p> <p>Ações desenvolvidas pelos alunos</p> <p>Relatório do aluno</p> <p>Relatório do coordenador de atividade de extensão</p> <p>Documentos institucionais que normatizam a incorporação da atividade de extensão como componente curricular</p> <p>Mecanismo de validação da incorporação da atividade de extensão como componente curricular</p>
--	--	--	--

DIMENSÃO IV: PLANO ACADEMICO	CATEGORIAS	INDICADORES	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICAS	FONTES DE INFORMAÇÕES
	Quantitativa			
	1) Tipos de atividades desenvolvidas	1) Número das atividades de extensão, segundo o tipo: 1.1. número de programas 1.2. número de projetos 1.3. número de cursos 1.4. número de prestações de serviço 1.5. número de eventos 1.6. número de produtos acadêmicos	Análise documental	Sistema de informação da instituição Base de dados das pró-reitorias de extensão (ou equivalentes)

<p>2) Atividades de extensão por área temática, linhas programáticas, carga horária, número de participantes</p>	<p>2) Número das atividades de extensão por área temática, linhas programáticas, carga horária e número de participantes:</p> <p>2.1. programas</p> <p>2.2. projetos</p> <p>2.3. cursos</p> <p>2.4. prestação de serviços</p> <p>2.5. eventos</p> <p>2.6. produtos acadêmicos</p>	<p>Análise documental</p>	<p>Sistema de informação da instituição</p> <p>Base de dados das pró-reitorias de extensão (ou equivalentes)</p>
--	---	---------------------------	--

	<p>CATEGORIAS</p>	<p>INDICADORES</p>	<p>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICAS</p>	<p>FONTES DE INFORMAÇÕES</p>
--	--------------------------	---------------------------	--	-------------------------------------

3) Professores que exercem a atividade de extensão	3) Número de docentes envolvidos com a extensão em relação ao total de professores	Análise documental	Sistema de informação da instituição Base de dados das pró-reitorias de extensão (ou equivalentes)
4) Horas dedicadas pelos professores às atividades de extensão	4) Número de horas semanais dedicadas pelos professores às atividades de extensão em relação ao total dedicado ao ensino e à pesquisa	Análise documental	Planos departamentais Documentos institucionais
5) Professores que desenvolvem atividades de extensão, por categoria funcional, por regime de trabalho e por titulação acadêmica	5) Número de docentes envolvidos com a extensão, por categoria funcional, por regime de trabalho e por titulação acadêmica	Análise documental	Planos departamentais e de unidades
6) Servidores técnicos que exercem atividades de extensão	6) Número de servidores técnicos envolvidos com atividades de extensão em relação ao total de servidores	Análise documental	Documentos dos departamentos e unidades administrativas

7) Alunos bolsistas envolvidos em projetos de extensão	7) Número de alunos bolsistas envolvidos em atividades de extensão em relação ao total de alunos matriculados	Análise documental	Documentos das pró-reitorias de extensão (ou equivalentes) e das unidades acadêmicas
8) Alunos voluntários envolvidos em atividades de extensão	8) Número de alunos voluntários envolvidos em atividades de extensão em relação ao total de alunos matriculados	Análise de documentos oriundos de departamentos, unidades e pró-reitorias	Documentos das pró-reitorias de extensão (ou equivalentes), das unidades acadêmicas e dos departamentos

DIMENSÃO V: PRODUÇÃO ACADÊMICA

DIMENSÃO V: PRODUÇÃO ACADÊMICA	CATEGORIAS	INDICADORES	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICAS	FONTES DE INFORMAÇÕES
	Quantitativa			

<p>1) Quantificação da produção intelectual decorrente dos projetos de extensão</p>	<p>1) Número de artigos de extensão publicados em periódicos</p> <p>2) Número de livros editados com base em atividades de extensão</p> <p>3) Número de comunicações em eventos das ações de extensão desenvolvidas</p> <p>4) Número de publicações ou relatórios de novas tecnologias produzidas com base nas atividades de extensão</p> <p>5) Número de publicações ou relatórios de metodologias construídas com base nas atividades de extensão</p> <p>6) Número de produção de vídeos, espetáculos, exposições, arranjos, etc.</p>	<p>Análise da base de dados de extensão, relatórios, catálogos, anais e outros</p>	<p>Pró-Reitorias de extensão (ou equivalentes), atividades acadêmicas e departamentos</p> <p>Documentos (relatórios, catálogos, anais e outros)</p> <p>Banco de produção científica</p>
---	---	--	---

BIBLIOGRAFIA

Abbagnano, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

BELLONI, Isaura. **O compromisso social da avaliação**. UNB, 1997. (texto digitado).

Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Documento Final do I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Univesidades Públicas Brasileiras, 1987. In: GARRAFA, Volnei. **Extensão: a universidade construindo saber e cidadania**. Relatório de atividades 1987/1988. Brasília : Ed. UNB, 1989. 124 p.

_____. Documento Final do Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, 5, São Luís, 1991. (mimeo).

_____. A extensão universitária no Brasil: contribuição e diagnóstico – Etapa I. Belém : Editora Universitária UFPA, 1992.

ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS, 7, 1993, Cuiabá. Anais... Cuiabá : Editora UFMT, 1993. 227 p.

- Anais do VII Encontro UFMT. Cuiabá - MT. Junho 1993
- Súmula da Avaliação da Extensão Universitária e o Paiub. Documento Final do XI Encontro UFPR. Curitiba - PR. 1997
- Ata do XII Encontro, MEC. Brasília - DF. Dezembro 1997
- IX Fórum do Pró-Reitores de Extensão do Centro-Oeste. Relatório Final. Cáceres - MT. 1999.
- XXII Encontro de Pró-Reitores de Extensão da Regional Nordeste. Documento Final. UFPB. João Pessoa - PB. 1999.

MENDES, Sônia Regina. **Avaliação em Extensão Universitária**. Rio de Janeiro, 1998. (texto digitado).

1999. (texto digitado).

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). **Políticas de extensão universitária**. 2000.

Ryle, Gilbert et alii. “Expressões sistematicamente enganadoras e outros ensaios”, In **Os Pensadores**. São Paulo: Victor Civita, 1975.